

Quando iniciar a renegociação?

Dinda Ext

11 AGO 1984

Durante o encontro do presidente do Banco Central com o comitê de assessoramento dos bancos credores, há 15 dias, decidiu-se adiar para meados de outubro o início das negociações sobre a dívida externa do Brasil. Atribuiu-se esse adiamento a motivos políticos, especialmente ao interesse em conhecer melhor as disposições do próximo governo que terá o País, mas, na verdade, a decisão se deve a razões de ordem técnica.

Tudo indica que o primeiro encontro de nossas autoridades com os credores estrangeiros do Brasil se dará na Europa. A simples mudança de cenário (o cenário anterior eram os hotéis de Nova York) serviria para indicar, com clareza, que se entrará em outra fase de negociações, bem diversa da anterior. Outrossim, convém lembrar que os banqueiros europeus só costumam retomar plenamente suas atividades após a assembleia anual do FMI, que marca o fim de suas férias.

Aliás, não convinha iniciar essa

nova fase da renegociação antes da reunião do FMI, em Washington, a qual se tornou, nestes últimos anos, a oportunidade de os banqueiros trocarem entre si informações de seu interesse. Nessa reunião, em que a Argentina será, provavelmente, a vedete, deverão surgir novas idéias sobre o tratamento a ser dado aos países devedores do Terceiro Mundo. Para o Brasil, será conveniente aguardar esse encontro dos grandes financistas do mundo.

Antes de reunir-se com os credores estrangeiros, nossas autoridades deverão levar em conta decisão tomada a respeito da negociação da dívida mexicana. O México está iniciando essa renegociação, aliás com características muito interessantes, pois não irá precisar de *new money* para o próximo ano e, por isto, deverá concentrar todos os seus esforços no sentido de obter as melhores condições para o refinanciamento de sua dívida externa.

Interessa ao Brasil saber, de mo-

do mais preciso, antes de se iniciar o processo de renegociação, quanto *new money* necessitará em 1985. No momento, é impossível estimar, com alguma segurança, tais necessidades, que poderão variar entre 1,5 e 4,5 bilhões de dólares. Com efeito, o *quantum* dependerá do resultado final do balanço de pagamentos deste ano, havendo quem acredite que o superávit da balança comercial chegará perto de 13 bilhões de dólares. Mas dependerá também da tendência da taxa de juros no mercado internacional. Ora, em certos meios se acredita que a *prime rate* nos Estados Unidos poderá baixar mais depressa do que em geral se espera.

De fato, diversos fatores poderão concorrer para o declínio da taxa atual: o afrouxamento do ritmo de crescimento da economia norte-americana, os efeitos da extinção do imposto sobre o ingresso de capital estrangeiro, decidida pelo governo Reagan, e a eventual redução de cerca de 60-80 bilhões de dólares no orçamento monetário do próximo

ano, condicionada à permanência do atual presidente.

Não é impossível que as necessidades brasileiras de *new money* diminuam consideravelmente, deixando o País em muito boas condições para conseguir vantagens numa renegociação da dívida a vencer. A discussão travar-se-á, sem dúvida, sobre uma base plurianual. O Brasil procurará obter os maiores prazos possíveis, para diluir as amortizações. Naturalmente, terá de encontrar uma solução que o proteja contra as flutuações das taxas de juros, no quadro do programa plurianual.

Como se vê, não foi apenas a necessidade de conhecer melhor o futuro governo do Brasil que levou nossas autoridades a protelar o início dessa renegociação, que certamente se estenderá para além do corrente ano e se encerrará quando for conhecido o novo presidente da República. Os fatores técnicos são, neste momento, muito mais importantes para que se possa levar avante, nas melhores condições, a reabertura das negociações.